

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.535 - PR
(2018/0315016-5)**

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
EMBARGADO : SERGIO CARLOS DE CARVALHO
ADVOGADOS : FABIO LUIS FRANCO - PR023145
ANDRÉ RICARDO FRANCO - PR023146

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL ADULTERADO. OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** contra decisão da minha lavra (fls. 1007-1012), pela qual conheci do agravo para não conhecer do recurso especial, consoante a seguinte ementa:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL ADULTERADO. ABSOLVIÇÃO. IN DUBIO PRO REO. PLEITO DE CONDENAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRADO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL"

Nas razões deste recurso, o **Parquet** sustenta a ocorrência de obscuridade, ao argumento de que o **decisum** embargado *"dá a entender que a checagem destes elementos de fato depende de reexame de provas. Porém, as evidências de que os fatos assim ocorreram estão estampadas nos acórdãos"* (fl. 1021), no que se refere à divergência dos laudos elaborados em datas distintas invocadas para a absolvição do acusado.

Acrescenta que *"o suporte fático inicialmente admitido foi*

corroborado pela d. Corte na decisão complementar que analisou os embargos opostos pelo Ministério Público. Os d. Julgadores, mantendo a absolvição do agravado, reconheceram novamente que os testes foram realizados em datas diferentes - o primeiro no dia 12.10.2009 e o segundo no dia 14.10.2009 -, sobre amostras diferentes de gasolina" (fl. 1.022), o que evidencia não se tratar de revolvimento fático-probatório mas de mera reavaliação jurídica dos fatos postos no acórdão objurgado para verificação da materialidade do delito, mesmo diante do reconhecimento de amostra de combustível indicando a concentração de álcool em volume superior ao máximo permitido.

Pugna, por fim, pelo acolhimento dos embargos, para sanar o vício indicado e para que sejam indicados os motivos pelos quais entendeu que a discussão ventilada no recurso especial esbarraria no óbice da Súmula 7/STJ.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre salientar que são cabíveis embargos declaratórios quando houver na decisão embargada qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, **excepcionalmente**, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

In casu, destaca-se, que embora opostos embargos declaratórios, evidencia-se o caráter infringente da pretensão recursal, pois o pleito é de reconsideração, aspecto próprio do agravo, previsto no art. 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Além do mais, nas razões dos aclaratórios, o embargante afirma a existência de obscuridade, ao afirmar que a decisão embargada supostamente não indicou os motivos pela qual não poderia analisar o mérito do apelo nobre ministerial, em face do óbice da Súmula 7/STJ.

Contudo, impende ressaltar que o recurso especial não foi

conhecido porquanto a análise da pretensão do ora embargante exigiria, de fato, o revolvimento fático-probatório dos autos, providência vedada a esta Corte em face do enunciado sumular supracitado, sendo irrelevante que conste do acórdão recorrido a existência de dois laudos divergentes quanto à quantidade de álcool, supostamente acima do permitido no respectivo regramento.

Com efeito, foi dito que *"o eg. Tribunal de origem declinou, de forma explícita, as razões – baseado nas provas carreadas aos autos – pelas quais concluiu pela existência de dois laudos conflitantes: o primeiro que atestava estar o combustível dentro das especificações técnicas exigidas à época; e o segundo, onde se constatou divergência em relação ao primeiro exame"*.

Pontuou-se que *"no julgamento dos aclaratórios, a eg. Corte de origem ressaltou que "a diferença das amostragens obtidas nos dias seguidos de 13 e 14 de outubro de 2009 não permite o firme convencimento do órgão colegiado a despeito da materialidade do delito, e, em observância ao princípio in dubio pro reo, entendeu-se por bem absolver o acusado pela inexistência de prova suficiente (art. 386, VII do CPP)"*.

Dessa forma, ao contrário do alegado, foram indicados de forma suficiente e fundamentada os motivos pelos quais foi mantido o acórdão absolutório, qual seja, a insuficiência probatória para a condenação do réu.

Concluiu-se, assim, inviável o conhecimento do apelo nobre, pois a pretensão do ora embargante, na condenação do acusado, exigiria análise de fatos e provas cuja análise é de competência do Tribunal **a quo**, não constituindo reavaliação jurídica dos fatos, ao contrário do alegado pelo **Parquet**.

Desse modo, em que pese a alegação do embargante de que a decisão embargada conteria obscuridade, o que pretende a parte, porém, é o reexame da matéria já julgada, situação que não se coaduna com a estreita via dos aclaratórios.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição ou omissão).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator

